

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Formação para a Carreira de Analista de Comércio Exterior –
ACE



ace
ANALISTA DE
COMÉRCIO EXTERIOR

8ª edição

المنارة



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação para a Carreira de Analista de Comércio Exterior
- ACE**

8ª edição

Escola Nacional de Administração Pública -Enap

SAIS - Área 2-A | CEP: 70610-900 | Brasília - DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Betânia Peixoto Lemos

Presidenta da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Educação Executiva

Carolina Pereira Tokarski

Coordenadora-Geral de Formação de Carreiras

Paula Cristina Mortari da Costa

Coordenadora-Geral de Aperfeiçoamento para Carreiras

Fabiany Glaura Alencar e Barbosa

Coordenadora de Desenvolvimento Inicial de Servidores

Patrícia Siqueira de Medeiros

Coordenadora do Curso de Formação Inicial para Analista de Comércio Exterior

Sergio Paz Magalhães

Coordenador do Projeto

Uallace Moreira Lima

Curador do curso

Michelle G. Moraes de Sá e Silva

Curadora do Eixo Basilar

Janaina Angelina Teixeira

Liliane Campos Machado

Curadoras Pedagógicas

Diagramação: **Ana Carla Cardoso Gualberto**

Revisão: **Ludmila Bravin**

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

P96495 Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Projeto pedagógico do curso formação para a carreira de
analista de comércio exterior - ACE / Escola Nacional de
Administração Pública. – 8 ed. -- Brasília: Enap, 2025.
27 f.: il.

Inclui bibliografia.

1. Comércio exterior. 2. Governança. 3. Desenvolvimento
econômico. 4. Capacitação profissional.

CDD 343.087

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880

Sumário

IDENTIFICAÇÃO	6
1. APRESENTAÇÃO	7
1.1. Contexto	7
1.2. Justificativa	8
2. OBJETIVOS DO CURSO	8
2.1. Objetivo geral.....	8
2.2. Objetivos específicos.....	8
3. MATRIZ CURRICULAR	9
4. COMPETÊNCIAS	10
4.1. Competências Transversais	10
4.2. Competências Específicas	13
5. CARGA HORÁRIA	16
6. LABORATÓRIO DE CASO	17
6.1 Metodologia: Problem Based Learning.....	17
6.2 Temas e problemas propostos:	17
7. METODOLOGIAS DE ENSINO	18
8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	19
8.1 Avaliação da Aprendizagem.....	19
8.2 Avaliação institucional do curso.....	19
9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	20
10. INFRAESTRUTURA	20
11. HORÁRIO DAS AULAS	20
12. REFERÊNCIAS	21

IDENTIFICAÇÃO

Título

Curso de Formação Inicial para **Analista de Comércio Exterior - ACE**

Demandante

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Objetivo geral

Promover conhecimentos especializados de gestão governamental, relativos à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior, orientados por valores democráticos, éticos, com visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para o cidadão.



1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar as diretrizes formativas que irão nortear o desenvolvimento dos cursos de formação para Analista de Comércio Exterior - ACE.

O Projeto Pedagógico Do Curso - PPC irá apresentar contexto e justificativa, objetivos, matriz curricular, competências transversais e específicas, carga horária, metodologia, caracterização das disciplinas, propostas temáticas para laboratórios de caso, indicação de docentes e avaliação.

1.1. Contexto

O curso de Formação Inicial tem caráter classificatório e eliminatório do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, regido pelo Edital nº 01/204, de 10 de janeiro de 2024. A formação é 3ª etapa do concurso ao cargo de Analista de Comércio Exterior - ACE, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sob responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A Coordenação-Geral de Formação Inicial no âmbito da Diretoria de Educação Executiva da Enap é a responsável pela elaboração, execução, supervisão e avaliação dos cursos de formação inicial.

A carreira foi criada no contexto da Reforma de Estado do Ministro Bresser Pereira, por meio da Lei nº 9.620, de 02 de abril de 1998. As atribuições do cargo Analista de Comércio Exterior - ACE de nível superior estão descritas na Lei nº 9.620, de 02 de abril de 1998, conforme a seguir:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes carreiras de nível superior do Poder Executivo Federal e os seus respectivos cargos de provimento efetivo:

[...]

*II - Analista de Comércio Exterior, composta de 730 (setecentos e trinta) cargos de igual denominação, com **lotação a ser definida em ato do Presidente da República** e com **atribuições voltadas para as atividades de gestão governamental, relativas à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior**; [...] (Redação dada pela Lei nº 12.857, de 2013) (grifo nosso)]*

A distribuição dos cargos de Analista de Comércio Exterior - ACE (Decreto nº 2.908 de 29 de dezembro de 1998, artigo 3º) contempla o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (órgão supervisor); o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério da Fazenda; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Ministério do Desenvolvimento Agrário; e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

A lotação do cargo de Analista de Comércio Exterior - ACE é definida em ato do Presidente da República, conforme descrito no artigo 1º da Lei nº 9.620/1998.

A atuação dos Analistas de Comércio Exterior ocorre de forma estratégica,

com o objetivo de ampliar a inserção internacional da economia brasileira e elevar a produtividade, a competitividade, o emprego e a inovação dos setores produtivos, maximizando os resultados de programas e políticas públicas de comércio exterior, ou seja, vinculando a política industrial e o comércio exterior de forma estratégica.

A proposta do curso deve conectar teorias de Administração Pública com a prática relacionada aos processos de políticas de comércio exterior. Os conteúdos das disciplinas foram pensados de maneira a aliar a metodologia de estudos de casos e conhecimentos aplicados de políticas públicas.

O curso de formação inicial será reconhecido como pós-graduação lato sensu, conferindo o título de Especialista. Assim, o corpo docente deve aliar a experiência profissional em governo ao conhecimento formal e produção acadêmica. Dessa forma, prioriza-se pessoas com experiência no setor de comércio exterior com formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado, além da prática de docência em cursos de formação profissional no âmbito do governo federal.



1.2. Justificativa

Os Analistas de Comércio Exterior têm como atribuição a formulação, implementação e avaliação de políticas de desenvolvimento produtivo, tecnológico e de inovação, em bases inclusivas e sustentáveis, fazendo com que o comércio exterior, serviços e investimentos externos contribuam para viabilizá-lo.

Assim, a formação de novos e novas integrantes da carreira deve envolver o desenvolvimento de uma pluralidade de competências que serão mobilizadas ao longo de sua vida funcional. Essa formação deve estar sustentada pelos pilares estratégicos da democracia, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da diversidade e dos direitos humanos, conforme os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e conforme estabelecido na Constituição Federal.

2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1. Objetivo geral

Desenvolver capacidades e competências profissionais de futuros servidores públicos federais que, ao final do processo seletivo referente aos candidatos aos cargos de Analista de Comércio Exterior - ACE do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), estarão habilitados para atuar no desenvolvimento e gestão de políticas públicas de comércio exterior no âmbito do governo federal.

A formação inicial de Analista de Comércio Exterior - ACE promoverá conhecimentos especializados em políticas de comércio exterior, orientados por valores democráticos, éticos, visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para o cidadão.

2.2. Objetivos específicos

1. Desenvolver conhecimentos orientados à análise de problemas, aplicando soluções e produção de serviços públicos.
2. Fortalecer habilidades relacionadas ao uso de instrumentos legais no âmbito das políticas industriais e de comércio exterior.
3. Ampliar o conhecimento sobre as diferentes iniciativas de políticas industriais e de comércio exterior desenvolvidas no âmbito do governo federal.
4. Reconhecer práticas relevantes para implementação de políticas e gestão no âmbito do setor de comércio exterior.
5. Desenvolver habilidades para ampliar a inserção internacional da economia brasileira e elevar a produtividade, a competitividade, o emprego e a inovação dos setores produtivos, maximizando os resultados de programas e políticas públicas de comércio exterior, ou seja, vinculando a política industrial e o comércio exterior de forma estratégica.



3. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular específica do curso de formação é composta por 03 (três) eixos organizados conforme quadro a seguir:

EIXO 1	Disciplina Específicas	Carga horária
Estado, democracia e cidadania 120h	Seminário de Abertura	
	Estado Democrático	20h
	Burocracia e Ethos Público	20h
	Governança e Governabilidade	20h
	Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	20h
	Governo Digital	20h
	Comunicação Pública e os Desafios Contemporâneos	08h
	Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público	08h
	Palestras	4h

EIXO 2	Disciplina Específicas	Carga horária
Desenvolvimento Econômico 120h	Desenvolvimento e industrialização	20h
	Desenvolvimento, comércio internacional e investimento direto estrangeiro	40h
	Desenvolvimento econômico comparado	20h
	Desenvolvimento econômico, tecnológico e Industrial	20h
	Comércio Internacional, Integração regional e Sustentabilidade	20h

EIXO 3	Disciplina Específicas	Carga horária
Grandes temas do sistema MDIC 100h	Política Comercial Brasileira	20h
	Competitividade e política regulatória	20h
	Política comercial e de investimentos no Brasil: oportunidades e desafios	20h
	Economia verde, descarbonização e bioindústria	20h
	Desenvolvimento Industrial, Inovação e Balanço de Pagamentos	20h

Laboratórios de Caso (PBL) 40 h	Administração de regras de conteúdo local no âmbito da Política Industrial
	Administração do Processo Produtivo Básico (PPB)
	Administração do regime de Ex-tarifário de BK e BIT

Cerimônia de Encerramento

Carga horária total do Curso: 380h



4. COMPETÊNCIAS

4.1. Competências Transversais

Compreende-se por competências transversais o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da função pública, que contribuem para a efetividade dos progressos de trabalho em diferentes contextos organizacionais”. (Enap, 2021, p. 5).

Com base em estudos realizados em parceria com a OCDE, a Enap instituiu um conjunto com oito competências transversais para um setor público de alto desempenho a serem desenvolvidos em suas formações de servidores. A saber:

- 1. Resolução de problemas com base em dados** - Capacidade de idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade com a utilização de dados (numéricos e não numéricos) e evidências que aumentem a precisão e viabilidade das soluções.
- 2. Foco nos resultados para o cidadão** - Capacidade de superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas para garantir o atendimento das necessidades dos usuários e dos cidadãos.
- 3. Mentalidade digital** - Capacidade de integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão; os

processos de tomada de decisão e geração de produtos e serviços; e os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.

- 4. Comunicação** - Capacidade de escutar, indagar e expressar conceitos e ideias nos momentos apropriados e de forma efetiva, garantindo uma dinâmica produtiva das interações internas e externas.
- 5. Trabalho em equipe** - Capacidade de colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente para atingir metas compartilhadas e de compreender a repercussão de suas ações para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.
- 6. Orientação por valores éticos** - Capacidade de agir de acordo com princípios e valores morais que norteiam o exercício da função pública, tais como responsabilidade, integridade, retidão, transparência e equidade na gestão da res publica.
- 7. Visão sistêmica** - Capacidade de identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional. Marcos esses que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.

- 8. Diversidade e Inclusão** - Capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade de características, identidades, vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambientes de trabalho nos quais todos sejam acolhidos em suas singularidades e contribuindo para a geração de serviços públicos inclusivos.

Para desenvolver as competências transversais para um setor público de alto desempenho e desenvolver o ethos público democrático desejável para um Estado fortalecido, o **Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania**, basilar para a formação inicial, será composto por seis disciplinas: Estado Democrático; Burocracia e Ethos Público; Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil; Governança e Governabilidade; Governo Digital; Comunicação Pública e os Desafios Contemporâneos; além de compor uma oficina sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação no Setor Público e palestras de temas estratégicos.

Esse Eixo é proposto como currículo transversal a todas as carreiras de formação inicial realizadas pela Enap. As disciplinas desenvolvem competências essenciais a todos servidores e servidoras da Administração Pública Federal. Trata-se de competências basilares para uma atuação comprometida e consciente por futuros agentes do Estado que servirão à cidadania brasileira.



EIXO 1 - Estado, democracia e cidadania

Competência Geral: Assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.

Disciplina: Estado Democrático (20h)

Competência: exercer a função pública observando os fundamentos do Estado Democrático de Direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Ementa: democracia na contemporaneidade; formação do Estado Brasileiro; redemocratização e o Estado garantidor de direitos; crises da democracia e da cidadania social; relações entre Estado e sociedade sob a perspectiva da ampliação do bem-estar social.

Docentes: Professora Luciana Ferreira Tatagiba, Doutora em Ciências Sociais; Professora Luciana da Conceição Farias Santana, Doutora em Ciência Política.

Disciplina: Burocracia e Ethos Público (20h)

Competência: servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um ethos burocrático democrático.

Ementa: história da concepção e papel da burocracia; funções da burocracia na democracia; papéis da burocracia nas políticas públicas; relação entre políticos e burocratas; ethos burocrático democrático; ética

do servir e integridade; representação burocrática; experiência internacional da burocracia; tamanho do setor público em perspectiva comparada.

Docentes: Professora Gabriela Spanghero Lotta, Doutora em Ciência Política; Professor Alexandre de Ávila Gomide, Doutor em Administração Pública.

Disciplina: Governança e Governabilidade (20h)

Competência: atuar no serviço público compreendendo a separação entre Poderes, as complexidades da divisão de competências e receitas entre entes federados e as particularidades do sistema político brasileiro.

Ementa: governança; separação entre Poderes; federalismo; desafios para a atuação no Executivo Federal; Presidencialismo de coalizão; relação entre Executivo e Legislativo na construção de políticas; pactuação para o orçamento público e emendas parlamentares; o papel do Judiciário, Ministério Público, Controle Externo e Sociedade Civil.

Docente: Professora Graziella Guiotti Testa, Doutora em Ciência Política.

Disciplina: Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil (20h)

Competência: reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil; e atuar no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam a população e mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Ementa: a desigualdade, sob perspectiva histórica; aspectos estruturais da estratificação social: educação, mobilidade social e renda; abordagem multidimensional das desigualdades: raça, gênero e suas intersecções com outros marcadores de vulnerabilidade; aspectos não econômicos da desigualdade: modo de vida e trajetórias, visões de mundo, e perspectivas de grupos sociais que sofrem discriminação e apagamento por etnia, gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência.

Docentes: Professora Roseli Faria, Economista, Analista de Planejamento e Orçamento; Professor Eduardo Gomor dos Santos, Doutor em Política Social.

Disciplina: Governo digital (20h)

Competência: compreender a relevância de incorporar ferramentas de governo digital nas rotinas e processos de trabalho, potencializando o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Ementa: transformação digital no serviço público; infraestrutura de dados; privacidade e segurança da informação; proteção de dados; identidade digital; inclusão e exclusão digital; plataformas de serviços públicos com foco no cidadão; inteligência artificial; inovação no serviço público por meio de soluções digitais.

Docentes: Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos, Especialista em Engenharia de Software; Marcos Moreira, Analista de Planejamento e Orçamento.



Disciplina: Comunicação Pública e os Desafios Contemporâneos (08h)

Competência: compreender a comunicação pública, sua construção e princípios, como ferramenta de governo para um posicionamento crítico diante dos desafios contemporâneos.

Ementa: conceitos e histórico da comunicação de governo no Brasil; direito à informação e a comunicação pública; princípios básicos da comunicação pública; desafios contemporâneos: linguagem e meios de comunicação do governo; infodemia e desinformação; limites

éticos de *clickbait*s; sensacionalismo e polecismo; reprodução de estereótipos de gênero e raça; Análise Crítica do Discurso.

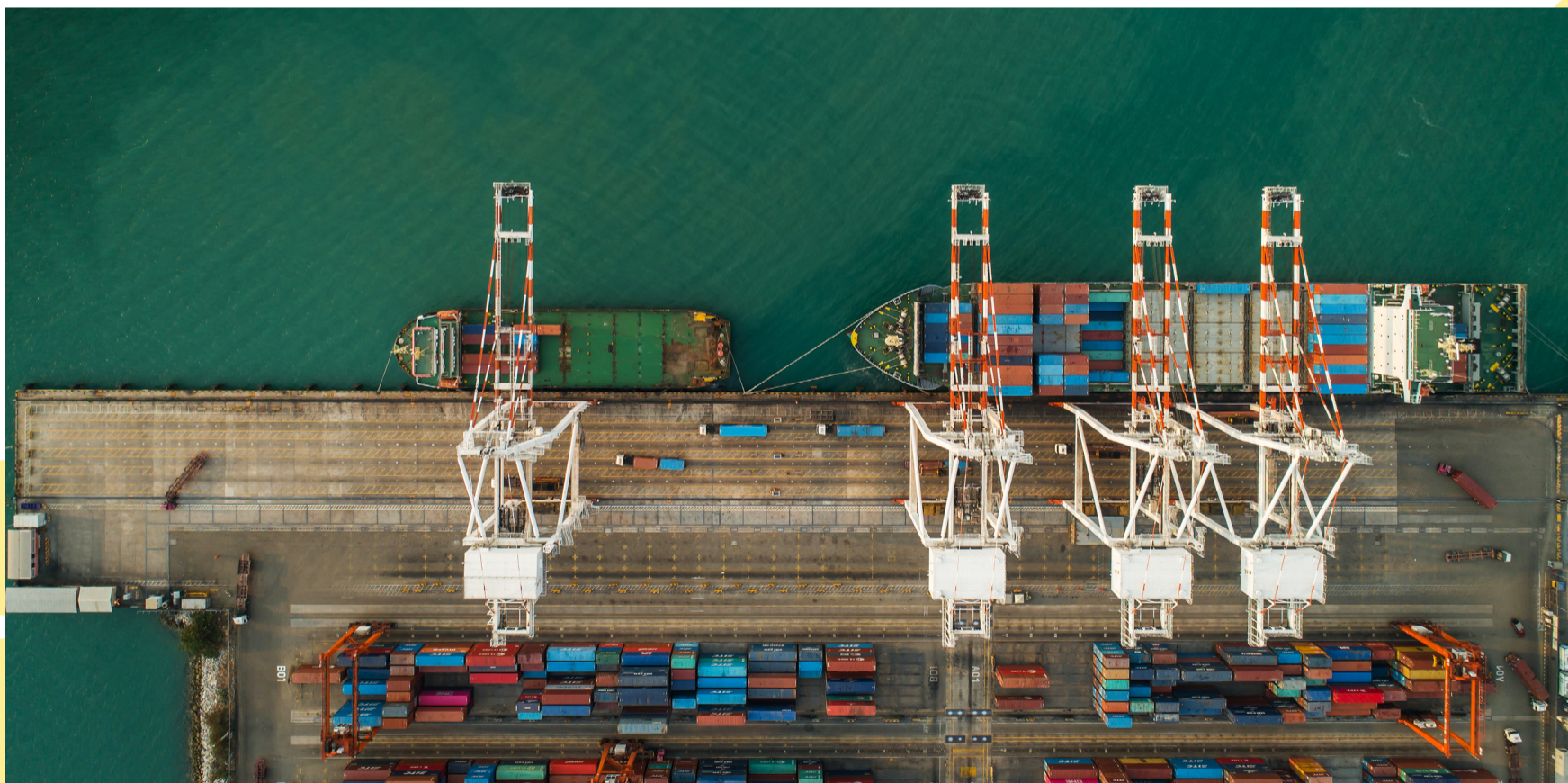
Docente: Ana Cláudia Mielke, Mestre em Comunicação.

Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público (08h)

Competência: atuar no serviço público de forma ética, respeitando a legislação e o programa de enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação.

Ementa: conceitos de assédio moral e sexual e discriminação; tipologias de violências no trabalho, considerando gênero e raça com perspectiva interseccional; matriz de gravidade de condutas violadoras; impacto das condutas de assédio e discriminação no trabalho e na integridade física e psicológica das pessoas; bases jurídicas da Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação; protocolo de denúncias para vítimas e gestores públicos.

Docente: Ariana Frances, Mestre em Governança e Desenvolvimento.



4.2. Competências Específicas

Para desenvolver competências essenciais do cargo de **Analista de Comércio Exterior - ACE**, as disciplinas da matriz curricular exclusiva para o Curso de Formação Inicial de ACE estão dispostas em dois Eixos temáticos a seguir:

Eixo 2 (Desenvolvimento Econômico): Este eixo tem como proposta explorar os fundamentos da industrialização, os paradigmas tecnológicos, e as dinâmicas do comércio internacional, com ênfase na formulação de políticas comerciais e no fortalecimento das estruturas produtivas nacionais. Também abrange a organização industrial e o crescimento econômico, integrando a sustentabilidade como pilar do desenvolvimento.

Eixo 2 - Desenvolvimento Econômico

Competência Geral: Especificar o papel da industrialização na dinâmica de crescimento econômico e do desenvolvimento, principalmente compreendendo os desafios de construir políticas industriais de acordo com as especificidades de cada país, considerando as diferentes trajetórias históricas e dinâmicas estruturais singulares de cada nação.

Disciplina: Desenvolvimento e Industrialização (20h)

Competências: desenvolver a capacidade de identificar os desafios e particularidades das questões

relativas à industrialização e seu papel para o desenvolvimento brasileiro, especialmente no que se refere aos investimentos, P&D&I, geração de emprego e renda e arrecadação, entre as principais externalidades positivas.

Ementa: concepções de empresa; cadeias produtivas e complexos industriais; economias de escala e escopo; concorrência e dinâmica tecnológica; difusão tecnológica; trajetórias e paradigmas tecnológicos; Sistemas Nacionais de Inovação; Estado empreendedor; teoria estruturalista; teoria Keynesian-Kaldoriano; teoria Neo-Schumpeteriana; encadeamentos e produtividade; desindustrialização no Brasil e no Mundo; experiências internacionais de política industrial; PTICE (2004-2008); PDP (2008-2011); PBM (2011-2014); Nova Indústria Brasil (NIB) e Plano mais Produção (P+P); a transição da economia agrária exportadora e o início da industrialização nos anos 1920/30; o Processo de Substituição de Importações (PSI); a fase de crescimento acelerado, anos 1950-1970; as crises do Petróleo, o choque dos juros, e a “década perdida”, anos 1980; a “Modernização Conservadora” dos anos 1990; a retomada do Estado e políticas públicas (anos 2003-2014); crise 2015-2022; a reconstrução do Estado e das políticas industriais (NIB), pós 2023.

Docente: Antônio Corrêa de Lacerda – Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária. (PUC).

Disciplina: Desenvolvimento, Comércio Internacional e Investimento Direto Estrangeiro (40h)

Competências: desenvolver a capacidade de aplicar os instrumentos para a análise positiva e normativa do comércio internacional e dos IDEs, compreendendo como esses fenômenos e as políticas que os regem contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Ementa: o papel do comércio internacional e dos IDEs para o desenvolvimento econômico do país será abordado sob três dimensões: (i) análise das contribuições das teorias explicativas dos fluxos de bens, serviços e investimentos; (ii) exame dos impactos do comércio e do IDE em termos de desenvolvimento produtivo sustentável social e ambientalmente; e (iii) análise das políticas comerciais e outras correlatas relevantes.

Docente: Marta dos Reis Castilho – Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Economia.

Disciplina: Desenvolvimento econômico comparado (20h)

Competência: manejar conceitos econômicos básicos, especialmente na área da macroeconomia, aplicáveis à análise econômica e ao processo de desenvolvimento econômico e social de países, considerando relevantes temas econômicos contemporâneos no Brasil e no exterior dominando e utilizando conceitos e ferramentas



de análise para que possam preparar sólidos informes técnicos sobre a economia de qualquer país.

Ementa: estrutura produtiva como base para a análise econômica:

clássicos do desenvolvimento econômico: Smith, Young, Myrdal e estruturalistas; o tipo de especialização produtiva importa na trajetória de desenvolvimento econômico; retornos crescentes de escala e redes produtivas locais: Krugman e a nova geografia econômica; Vantagens comparativas em países pobres: lutar ou se conformar?; **desenvolvimento econômico e complexidade:** complexidade, proximidade e conectividade: o mundo das redes; manufaturas são complexas, commodities não são complexas: algoritmos de classificação; doença holandesa definida como perda de complexidade econômica: o problema das commodities; **desigualdade econômica e complexidade:** medidas antigas e novas de desigualdade: Gini, índice Palma, PGI e XGini; redes, centro-periferia, desigualdade e complexidade econômica; evolução da desigualdade na Ásia e América Latina, um exemplo da aplicação da metodologia; uma nova maneira de explicar a desigualdade no Brasil: tipo de estrutura produtiva; **os países ricos são ricos porque produzem os bens mais complexos do mundo:** Estados Unidos e Canadá se tornaram produtores de bens complexos e de commodities; Alemanha e Japão são os países mais complexos do mundo; a perda de complexidade do Sul da Europa; **os países pobres são pobres porque produzem os bens menos complexos do mundo:** o caminho dos países nórdicos, commodities com sofisticação produtiva; a América

Latina não completou o salto dos produtos simples para os complexos; a Ásia que teve sucesso se especializou em produzir manufaturas para o resto do mundo; o milagre chinês visto pela ótica da complexidade.

Docentes: Paulo Gala - Professor Doutor da Fundação Getúlio Vargas - SP.

Disciplina: Desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial (20h)

Competências: discutir os fundamentos relacionados à promoção do desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial, compreendendo o arcabouço teórico sobre inovação, concorrência e organização industrial, abrangendo os principais conceitos e debates no campo do desenvolvimento econômico, com foco especial no papel da indústria.

Ementa: conceitos básicos concepções de empresa: cadeias produtivas e complexos industriais, economias de escala e escopo; **inovação e progresso tecnológico:** concorrência e dinâmica tecnológica, difusão tecnológica, trajetórias e paradigmas tecnológicos, Sistemas Nacionais de Inovação, Estado empreendedor; **organização industrial e crescimento econômico:** teoria estruturalista, teoria Keynesian-Kaldoriano, teoria Neo-Schumpeteriana, encadeamentos e produtividade; **política industrial e desindustrialização:** desindustrialização no Brasil e no Mundo, experiências internacionais de política industrial; **política industrial e a promoção do desenvolvimento**

econômico brasileiro: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PTICE) (2004-2008), Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP) (2008-2011), Plano Brasil Maior (PBM) (2011-2014), Nova Indústria Brasil (NIB) e Plano mais Produção (P+P).

Docente: Igor Rocha - Economista-Chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Disciplina: Comércio Internacional, Integração regional e Sustentabilidade (20h)

Competência: ampliar a compreensão sobre os elementos conceituais e normativos fundamentais sobre comércio internacional, integração regional na América Latina e sustentabilidade, ampliando a compreensão sobre como esses fenômenos e as políticas que os regem contribuem para o desenvolvimento do país.

Ementa: a interrelação entre comércio internacional, integração regional e sustentabilidade será analisada sob a ótica de: (i) o Brasil no contexto dos principais blocos econômicos mundiais e dos grandes tratados internacionais de comércio: Mercosul, OMC, BRICS e OCDE; (ii) inserção externa e sustentabilidade de longo prazo do crescimento econômico; (iii) comércio inter-regional e intrarregional e as perspectivas de integração latino-americana; e (iv) as oportunidades e os desafios do novo paradigma competitivo verde do comércio global.

Docentes: Camila Gramkow - Diretora interina do Escritório da CEPAL em Brasília.



Eixo 3 (Grandes Temas do Sistema MDIC): Este eixo tem como principal propósito apresentar a estrutura e as diretrizes das principais políticas do MDIC, articulando conhecimentos, pesquisas e arcabouços teóricos que embasam decisões estratégicas das áreas do ministério.

Eixo 3 - Grandes Temas do Sistema MDIC

Competência Geral: Analisar as mudanças no comércio internacional, avaliando os desafios da economia brasileira em sua inserção internacional e considerando os diversos aspectos da inserção externa de países de renda média como o Brasil.

Disciplina: Política Comercial Brasileira (20h)

Competência: identificar os temas mais relevantes em pauta no MDIC relacionados à Secretaria de Comércio Exterior, possibilitando a compreensão dos principais conceitos definidos no âmbito do comércio internacional.

Ementa: participação do Brasil em negociações multilaterais e plurilaterais; Organização Mundial do Comércio (OMC), G-20 e BRICS; Mercosul e negociações regionais e extrarregionais; novos desafios e oportunidades das negociações comerciais internacionais. Acordo sobre a facilitação do comércio da OMC; capítulo de facilitação em acordos comerciais internacionais relevantes; Portal Único de Comércio Exterior; a evolução do papel do Estado na regulação do comércio exterior; tratamento administrativo: conceitos, tipos e operacionalização; órgãos intervenientes no comércio exterior; Reforma tributária. Regime de aperfeiçoamento ativo;

Competitividade exportadora; Drawback Suspensão; Drawback Isenção. requisitos para aplicação de medidas de defesa comercial; apresentação dos principais conceitos dos acordos de defesa comercial; similitudes e diferenças dos mecanismos de defesa comercial; análise de fluxos de comércio e quantificação de políticas comerciais; modelos para análise *ex ante* e *ex post* de comércio exterior; combate a fraudes nas importações.

Docente: Tatiana Lacerda Prazeres - Doutora em Relações Internacionais e Secretária de Comércio Exterior.

Disciplina: Competitividade e política regulatória (20h)

Competência: atuar na análise de problemas regulatórios e na definição e elaboração de alternativas e instrumentos regulatórios coerentes, consistentes e inovadores, identificando os instrumentos de boas práticas regulatórias e sua relevância para a formulação e execução de políticas públicas, com capacidade de atuar para ampliar o uso da Propriedade Intelectual e a Infraestrutura da Qualidade como ferramentas estratégicas de competitividade e apoio às políticas públicas.

Ementa: a regulação e sua importância; introdução à regulação e governança regulatória; evolução da reforma regulatória no Brasil; conceitos e princípios da boa regulação; regulação econômica; introdução à Propriedade Intelectual e à Infraestrutura da Qualidade: conceitos e aplicações.

Docente: Andrea Pereira Macera - Doutora em Economia e Secretária de Competitividade e Política Regulatória.

Disciplina: Política comercial e de investimentos no Brasil: oportunidades e desafios (20h)

Competência: compreender a história recente da política comercial e de investimentos no Brasil, a formação do Mercosul e os aspectos que podem auxiliar a competitividade externa do setor produtivo nacional; compreendendo, assim, os desafios das negociações de comércio exterior.

Ementa: Mercosul; mecanismos de alteração tarifária do Mercosul; Condução Empresarial Responsável; facilitação de investimentos e o modelo brasileiro de acordo; sistema de apoio oficial às exportações e seus principais desafios; recuperação de créditos privados; governança e processo decisório dos colegiados; *compliance* anticorrupção; comércio e sustentabilidade; comércio de serviços; avaliação de política comercial.

Docente: Marcela Santos de Carvalho - Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior.

Disciplina: Economia verde, descarbonização e bioindústria (20h)

Competência: desenvolver a habilidade de identificar as principais características da Economia Verde como vetor de desenvolvimento sustentável da Bioindústria, em especial a sua relevância econômica e seus desafios, analisando o alinhamento da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV) à implementação da Nova Indústria Brasil (NIB).

Conteúdo programático: Nova Indústria Brasil (NIB): política industrial baseada em missões; sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e ESG;



mudanças climáticas e economia de baixo carbono; contexto, mitigação e adaptação; Questões ambientais globais e acordos internacionais: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, Acordo de Paris; matriz energética e fontes alternativas de energia e transição energética; governança climática e Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono; Política Industrial e Estratégia de Descarbonização; mercado global de carbono, finanças verdes e a cooperação internacional em sustentabilidade; bioindústria; bioinsumos; Agricultura Regenerativa e Cadeias Agroindustriais Regenerativas; certificação de produtos e de processos; regras acesso e repartição de benefícios (ABS) relativos ao uso de patrimônio genético; Conhecimentos Tradicionais Associados (CTA) em processos de

pd&i, produção e comercialização de produtos acabados e material reprodutivo; introdução à bioeconomia; fundamentos básicos de economia circular.

Docente: Rodrigo Sobral Rollemberg - Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria.

Disciplina: Desenvolvimento Industrial, Inovação e Balanço de Pagamentos (20h)

Competência: reconhecer a estrutura da SDIC e o modo como seus instrumentos contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país, adicionalmente, compreendendo a temática do desenvolvimento industrial e sua relação com o balanço de pagamento enquanto dimensões estratégicas da trajetória

de desenvolvimento econômico.

Ementa: a presente disciplina será ministrada em 3 dimensões: (i) estrutura e instrumentos da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços (SDIC), e sua relação com a Nova Indústria Brasil (NIB); (ii) Política Industrial em uma perspectiva Kaleckiana e Schumpeteriana; (iii) Teorias do Desenvolvimento Econômico e Balanço de Pagamentos; iv) Política Industrial, Balanço de Pagamentos e Superação da Armadilha da Renda Média.

Docente: Uallace Moreira Lima - Doutor em Desenvolvimento Econômico e Secretário(a) de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços



5. CARGA HORÁRIA

Carreira/Cargo	Carga horária	Nº de semanas	Distribuição de carga horária por atividade	Condição de oferta
Analista de Comércio Exterior - ACE	380h	12	<ul style="list-style-type: none"> • 108h - disciplinas do eixo basilar • 220h - disciplinas específicas • 40h - laboratório de casos em PBL (atividade interdisciplinar) • 4h - Palestras • 8h - Oficina 	Etapa de concurso



6. LABORATÓRIO DE CASO

6.1 Metodologia: Problem Based Learning

Neste PPC, a Aprendizagem Baseada em Problemas (*Problem Based Learning* - PBL) se apresenta como uma alternativa metodológica para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, constituindo-se como uma ferramenta importante para a superação da prevalência de aulas magistrais e do ensino centrado no docente. É um método que atribui ao docente não só a função de expositor do conhecimento, mas também a de facilitador da aprendizagem dos participantes, desenvolvendo ações de orientação, acompanhamento psicopedagógico e supervisão dos seus estudos.

De forma geral, o PBL é um método de ensino-aprendizagem estruturado nas seguintes características fundamentais:

- O ponto de partida para a aprendizagem é um problema.
- O contexto do problema faz referência a uma situação que os participantes poderão enfrentar como futuros profissionais.
- O conhecimento que os participantes devem adquirir durante a sua formação profissional é organizado em torno

de problemas em vez de disciplinas.

- Os participantes, individual e coletivamente, assumem uma maior responsabilidade na sua própria instrução e aprendizagem.

A metodologia de laboratório de casos tomará por referência estratégias de aprendizagem que estimulem a participação e o engajamento do corpo discente na análise de problemas e proposição de soluções (**Problem Based Learning**) relacionadas a questões relevantes da agenda das políticas públicas importantes para a atuação da carreira.

Para formação dos Analistas em Comércio Exterior - ACE, os laboratórios serão orientados pelas seguintes temáticas.

6.2 Temas e problemas propostos:

Laboratório de Caso 1: Administração das regras de conteúdo local no âmbito da Política Industrial.

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é aprofundar o conhecimento sobre o princípio que rege a política de conteúdo local, sua perspectiva histórica nas diferentes trajetórias de desenvolvimento econômico,

seus desafios e atualidade dessa política. Além disso, este laboratório apresenta mecanismos de construção de percentuais de conteúdo local de acordo com o conhecimento de cadeias produtivas existentes.

Laboratório de Caso 2: Administração do Processo Produtivo Básico (PPB)

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é mostrar como se elabora a construção de um Processo Produtivo Básico (PPB) e sua essencialidade no processo de internalização de cadeias produtivas no país, assim como um critério de contrapartida de atores que se beneficiam de políticas de inovação, tais como a Lei de Informática, PADIS, entre outras.

Laboratório de Caso 3: Administração do regime de Ex-tarifário de BK e BIT

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório sobre Regime de Ex-Tarifário de Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) é apresentar ao ACE os mecanismos e critérios de análises de pleitos dos demandantes por esse instrumento, principalmente considerando os elementos determinantes para deferimento e indeferimento dos pleitos, compreendendo o papel deste instrumento para a política industrial do país.



7. METODOLOGIAS DE ENSINO

As estratégias de ensino adotadas no âmbito das disciplinas deverão ser centradas no corpo discente. Para isso, os docentes deverão considerar práticas que possibilitem a participação e o protagonismo do corpo discente. Além disso, é importante conectar a teoria à prática. Assim, listam-se a seguir algumas estratégias possíveis:

- **Aulas dialogadas** - recurso didático em que se manifesta pela exposição de conteúdo articulada ao envolvimento e **protagonismo do corpo discente** de modo continuado e efetivo, cabendo ao docente um papel de coordenador da condução das discussões, reflexões e questionamentos referente ao conteúdo da disciplina.
- **Estudos de caso** - estratégia que pode narrar um problema ou uma situação e possibilitar aos participantes a melhoria de práticas e processos. Exercita a tomada de decisão e o pensamento analítico, bem como possibilita a troca de experiências. Os casos podem ser elaborados pelos docentes ou pesquisados em sites e canais com informações relacionadas à temática do curso/tema central da aula.
- **Trabalhos em grupo** - o trabalho em grupo possui um papel essencial na cocriação e no desenvolvimento de competência de trabalho em equipe, bem como na solução de

questões e problemas. Porém, para que seja de fato efetivo e construtivo, o trabalho em grupo deve seguir métodos e processos pedagógicos que permitam a participação de todos e a centralidade do corpo discente:

- **Roda de conversa:** é considerado o método mais básico, mas muito eficiente. Por meio da organização do grupo em uma roda, de maneira que todos os participantes possam se enxergar, um mediador responsável propõe ser relator dos assuntos discutidos no grupo.
- **Open Space:** bastante utilizado quando se precisa mediar e discutir questões com grupos grandes e diversos. Por meio da criação de um “espaço aberto” (*open space*), os próprios participantes propõem e se responsabilizam pelos temas a serem abordados. Por seu caráter mais “livre” e focado na auto-organização dos participantes, o *open space* só tem uma regra clara, a chamada “lei dos dois pés”, que diz: “se você está em um lugar onde não esteja nem contribuindo, nem aprendendo, use os seus dois pés e vá para outro lugar”.
- **World Café:** é um modelo de conversação que promove

diálogos construtivos, por meio do acesso à inteligência coletiva, criação e troca de conhecimentos. Para realizá-lo, é necessário organizar mesas redondas em um espaço, com 4 a 5 cadeiras cada uma. Em cada mesa são colocadas canetas coloridas. O grupo, então, é dividido em subgrupos, que se sentam nas mesas e discutem sobre um tema/pergunta definida por um mediador. As ideias e conclusões são anotadas e, após 20-30 minutos, os participantes da mesa, exceto um, mudam para diferentes mesas. A pessoa que permaneceu na mesa tem a tarefa de apresentar as conclusões anotadas aos novos participantes e buscar saber o que foi compartilhado nas demais mesas. As novas discussões geradas são também anotadas, gerando uma ampla troca de conhecimentos. Passado o tempo, uma nova rodada é iniciada. Esse método é excelente para criar sinergia e comprometimento em todo o grupo.

- **Seminário/palestra** - estratégia que permite a exposição de um tema, utilizando, se necessário, de recursos audiovisuais, seguida de diálogo sobre a temática exposta.



8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação está estruturada em duas perspectivas: a avaliação de aprendizagem e a avaliação institucional, de acordo com os elementos apresentados a seguir.

8.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem será aplicada ao final de cada eixo, com questões transversais considerando os conteúdos e competências desenvolvidas ao longo de todas as disciplinas do eixo, por meio de uma prova escrita dissertativa interdisciplinar, individual. As condições da avaliação e critérios de correção estão definidas no regulamento do curso.

8.2 Avaliação institucional do curso

A avaliação institucional do curso será conduzida pelos seguintes instrumentos:

- **Avaliação de reação:** trata-se de um instrumento que tem por objetivo avaliar as formações oferecidas pela Enap. Permitindo, assim, que o participante possa mensurar a formação em seus diferentes aspectos, além de poder verificar os resultados alcançados, bem como as demandas para as próximas ações da Escola. Será aplicada por disciplina para avaliar o nível de satisfação com relação à

disciplina específica, bem como ao final do curso com um instrumento mais abrangente com fatores mais gerais com relação ao curso.

- **Avaliação de resultado:** trata-se de um método de avaliação baseado na comparação entre os resultados previstos e realizados. Por meio da avaliação de resultados, é possível identificar se a formação oferecida pela organização está alinhada às competências específicas do curso.

A avaliação no contexto de aprendizagem deve estar vinculada aos objetivos de aprendizagem do curso, e a avaliação da ação formativa deve estar vinculada à garantia da eficiência e eficácia do sistema de avaliação, buscando como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem.



9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Para obtenção da certificação de conclusão do curso e obtenção do título de especialista (pós-graduação *lato sensu*), o(a) candidato(a) deve obter os seguintes requisitos mínimos, conforme Regulamento da Formação Inicial:

- I. Obtenção de nota média final de no mínimo 70% do número máximo de pontos do Curso;
- II. Obtenção de no mínimo 60% do número máximo de pontos nas provas de cada Eixo Programático; e
- III. Frequência integral, com exceção do limite de 25% de faltas justificadas.



10. INFRAESTRUTURA

As aulas serão realizadas de modo presencial na Enap, campus Asa Sul, localizado no SPO - Asa Sul - Brasília, DF.

Para apoiar as atividades de ensino, melhorar o engajamento e otimizar as atividades, serão utilizadas ferramentas colaborativas digitais: Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVA - MOODLE), Miro, Mentimeter, Kahoot, Google Documents.

11. HORÁRIO DAS AULAS

- As aulas acontecerão entre 08h00 e 18h00. Haverá intervalo de 2h de almoço. Para cada dia de aula está assegurado 1h diária destinada para estudo e preparação para as aulas e provas.



12. REFERÊNCIAS

AFFECTO, Romeu; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A aprendizagem baseada em problemas e a internet de todas as coisas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, p. 139-154, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08>.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina Ciências Sociais e Humanas** [serial on the internet]. 2011 [cited 2016 Nov 12]; 32(1):25-40. Disponível em: http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf

BORDENAVE JD, PEREIRA AM. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 16. ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 1995.

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. Brasília: **Casa Civil da Presidência da República**, v. 2, p. 301, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998. Cria a carreira de Analista de Comércio Exterior (ACE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9620.htm. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998. Altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1998. Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/servidor/carreiras/ace/legislacao-1/geral>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008. Estabelece que, a partir de 1º de julho de 2008, os servidores integrantes da carreira de ACE passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11890.htm. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.857, de 2013. Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 2.908, de 29 de dezembro de 1998. Regulamenta a distribuição dos cargos da carreira de Analista de Comércio Exterior (ACE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2908.htm. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.233, de 2 de maio de 2014. Altera o Decreto nº 2.908, de 29 de dezembro de 1998, que regulamenta a distribuição dos cargos da Carreira de Analista de Comércio Exterior por órgão do Poder Executivo federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 maio 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8233.htm. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Portaria GM/MDIC nº 226, de 17 de julho de 2024. Estabelece regras para definição da unidade de exercício e de gestão da mobilidade de servidoras e servidores da carreira de Analista de Comércio Exterior - ACE lotados no Ministério



do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/mdic-n-226-de-17-de-julho-de-2024-572887403>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Portaria Interministerial MDIC/MGI nº 1, de 2 de maio de 2023. Delega competências para supervisão e atos de gestão relacionados à carreira de Analista de Comércio Exterior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 maio 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mdic/mgi-n-1-de-2-de-maio-de-2023-481249741>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M, M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr. 2018;

CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARRARO, Telma Elisa et al. Socialização como processo dinâmico de aprendizagem na enfermagem: uma proposta na metodologia ativa. **Investigación y educación en enfermería**, v. 29, n. 2, p. 248-254, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072011000200010.

DE CARVALHO BORGES, Marcos et al. Aprendizado baseado em problemas. **Medicina** (Ribeirão Preto), v. 47, n. 3, p. 301-307, 2014.

COOL, César; MONEREO, Carles *et. al.* **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e Comunicação**. Porto Alegre, RS; Artmed, 2010.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida**. Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão. Bruxelas, 30/10/2000.

CUNHA, Maria Isabel. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. São Paulo, SP, **Cadernos Pedagogia Universitária**, USP, 2008.

DELORS, Jacques (org.). **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ena.gov.br/handle/1/5663>.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional** (2020-2024). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ena.gov.br/handle/1/6481>.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Projeto pedagógico do curso: formação para o cargo de analista de planejamento e orçamento** - APO. Brasília: Enap, outubro de 2024.

FONSECA, Mariana; GOMES, Patrícia. **Invertendo a sala de aula invertida: Pesquisa de Stanford mostra que apresentar um Assunto de Forma Prática é mais efetivo do que começar com aula expositiva**. 2013. Disponível em: <http://porvir.org/porfazer/invertendo-sala-de-aula-invertida/20130814>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo da inovação**. São Paulo: Cultrix, 1973.



LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, E. S. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática, 2ª edição. **Salvador Ba: Malabares Comunicação e Eventos**, 2005.

MARIN, Maria José Sanches et al. Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. **Revista brasileira de educação médica**, v. 34, p. 13-20, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n1/a03v34n1.pdf>.

MASETTO, Marcos Tarciso. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e-curriculum**, v. 7, n. 2, 2011. <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6852>.

MASSETO, Marcos T. [et.al.](#) Inovação curricular no Ensino Superior: entrevista com Marcos Tarciso Masetto. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 203-210, jan./jun. 2017.

MASETTO, Marcos Tarciso. **O Professor na hora da verdade**: a prática docente no Ensino Superior. São Paulo: Avercamp, 2010.

MAZUR, Eric. **Peer Instruction: a revolução da aprendizagem ativa**. Tradução de Carlos Barcelos. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU. Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MORÁN, José et al. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian; MORAN; TREVISANI, Fernanda (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

MORÁN, José. Metodologias e modelos híbridos na educação. In: YATEGASHI, Solange Franci Raimundo *et al.* (Orgs.). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-35.

PARANHOS, V. D.; MENDES, M. M. R. Currículo por competência e metodologia ativa: percepção de estudantes de enfermagem. **Rev latinoamerferm** [Internet]. 2010 [cited 2011 Apr 3]; 18 (1): 109-15 [em linha].

PERRENOUD, P. L' Approche par compétences durant la scolarité obligatoire: effet de mode ou réponse décisive à l'échec scolaire? In: PERRENOUD, P. **Construire des compétences dès l'école Paris**, ESF, 1997. p.93-110. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/textes.html. Acesso em: 11 abr. 2003.

PRADO ML, Velho MB, ESPÍNDOLA DS, SOBRINHO SH, BACKES VMS. Arco de Charles Margueres: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. Esc Anna Nery. **Rev Enferm** [serial on the internet]. 2012

RIBEIRO, Roberto Portes. **Aprendizagem baseada em problemas no ensino de simulação aplicada à Administração**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIBEIRO, R. P; VIANA, A. B. N. Estruturação do PBL para aplicação em disciplinas do curso de graduação em Administração. **Revista de Graduação USP**, v. 3, n. 1, p. 39-47, 2018.



RODRIGUES, M. M. A noção de Educação ao longo da vida como eixo orientador das políticas de educação para jovens e adultos. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/242.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

RODRIGUES, Marilda Merênci. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014. v. 1, p. 203-243.

SILVA, Marco. Que é interatividade? **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, mai./ago., 1998.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática Geral**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

TRINDADE, Rui; COSME, Ariana. **Escola, educação e aprendizagem: desafios e respostas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 267-281. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CH67BM9yWB8tPfxjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cadernos Cedex**, v. 23, p. 267-281, 2003.. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CH67BM9yWB8tPfxjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; DE RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Papirus Editora, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/** Campinas, SP: Papirus, 1995.

VIGNOCHI, Carine Moraes et al. Considerações sobre aprendizagem baseada em problemas na educação em saúde. **Revista HCPA**. Porto Alegre. Vol. 29, n. 1 (2009), p. 45-50, 2009.

VILLAS BOAS, Benigna Maria Freitas. Compreendendo a Avaliação Formativa. In Villas Boas (Org). **Avaliação Formativa: Práticas Inovadoras**. Campinas, SP: Papirus, 2011.





MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

